



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

## A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL PARA A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO DA UNIDADE DE ENSINO ESPECIALIZADA PROFESSOR ASTÉRIO DE CAMPOS

Ivanete da Silva Frota dos Santos<sup>1</sup>  
Lia Eunice Fernandes Teixeira<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo versa sobre o processo de inclusão das pessoas surdas no mercado de trabalho. Realizou-se pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, na qual buscou-se refletir sobre a atuação do assistente social para a efetivação do direito ao trabalho da pessoa surda através do Programa de orientação profissional e identificar os possíveis fatores que dificultam a plena inclusão da categoria.

**Palavras-chaves:** inclusão, pessoa surda, serviço social, mercado de trabalho.

**Abstract:** This article deals with the process of including deaf people in the labor market. Field research was carried out with a qualitative approach, where it was sought to reflect on the social worker's role in the realization of the deaf person's right to work through the Professional Orientation Program and to identify the possible factors that hinder the full inclusion of the category.

**Keywords:** inclusion, deaf person, social service, labor market.

### INTRODUÇÃO

Por longos anos, as práticas sociais e os modelos de atendimento a que eram submetidas as pessoas com deficiência se constituíam de ações excludentes e segregacionistas. Em momento algum se cogitou que essas pessoas pudessem exercer um cargo ou função laboral. Esse quadro se devia por a sociedade da época considerar que tais pessoas significavam uma vergonha para a família e um risco que poderia influenciar negativamente no desenvolvimento da sociedade. Por isso, a ideia defendida era de separação do convívio social para não atrapalharem as outras pessoas tidas como normais.

Em meados do século XX, como estratégia de tratamento terapêutico para se ocupar o tempo ocioso das pessoas institucionalizadas, se pensou em incluir em seu tratamento algumas atividades, estas com objetivo de cura. A partir desse momento, desde que se adaptassem e não comprometessem ou modificassem o andamento e estrutura da sociedade, podiam ser inseridas no convívio social.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Pará, E-mail: ivanetefrotasantos@gmail.com.

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Paulista, E-mail: ivanetefrotasantos@gmail.com.

A década de 90 trouxe em seu bojo um grande avanço para as pessoas com deficiência, pois passou-se a refletir que não é a pessoa com deficiência que deve se adaptar para integrar à sociedade. Ao contrário, é a sociedade que deve oferecer meios dignos e inclusivos para a vivência de todas as pessoas, ou seja, é a sociedade que deve repensar sua forma de agir, pois é ela que exclui.

O Programa de Orientação profissional e Emprego é um instrumento que visa a colocação de surdos no mercado de trabalho. É desenvolvido em equipe multidisciplinar e a atuação especificamente do assistente social objetiva contribuir para a melhoria de condições de vida do seu público alvo, seja ela escolar, familiar, cultural ou laboral.

## **1- O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE: AS PRÁTICAS SOCIAIS E OS MODELOS DE ATENDIMENTO**

A historicidade acerca do tratamento que era dispensado às pessoas com deficiência é repleto de desumanidade e humilhação, isso trazendo, em suma, que durante muitos anos os direitos das pessoas com deficiência foram violados e não considerados, devido não se cogitar que elas pudessem exercer alguma atividade, haja vista que a sociedade antiga trazia fortemente a cultura de que as pessoas que apresentassem deficiência, seja ela qual fosse, eram consideradas inúteis e até perigosas para o convívio em sociedade (SASSAKI, 2002,p.31). Existem relatos que nos deixam alarmados, citando que essas pessoas eram simplesmente eliminadas, como se não tivesse nenhum valor; eram escórias, um peso e até maldição no entendimento de muitos. Não recebiam nenhuma atenção educacional ou outro serviço; eram vistas como pessoas “possuídas por demônios ou vítimas da sina diabólica e feitiçaria” (JÖNSSON,1994, p.61, apud SASSAKI,2004, p.1).

A sociedade antiga considerava muito importante a participação das pessoas nas guerras, e ainda tinha a questão da estrutura corporal bastante valorizada na antiguidade. Por isso, consta na história que Platão e Aristóteles recomendavam a exclusão dos “imperfeitos” ou “defeituosos”, como eram considerados os deficientes da época. Sobre isso, Bentes (2012) esclarece que a execução ou abandono de pessoas defeituosas “acontecia na Grécia Antiga provavelmente por serem improdutivas, por não estarem habilitados para guerra ou pela ira dos deuses”, já que era um povo extremamente voltado à superstição.

A sociedade em todas as culturas vivenciou vários processos que marcaram a história das pessoas com deficiência e de seus familiares. Esses processos foram classificados como práticas sociais e foram perpassadas graças a uma trajetória de lutas, avanços e conquistas para que fosse efetivado o direito à cidadania das pessoas com

deficiência. A Fase da exclusão foi um período quando as pessoas com deficiência foram totalmente excluídas do convívio social; não podiam exercer nenhuma atividade, pois eram consideradas inválidas, isto é, doentes e incapacitadas, características estas atribuídas indistintamente a todas as pessoas que tivessem alguma deficiência, ou seja, se a pessoa fugisse do padrão de “normal” era simplesmente ignorada e rejeitada (Sasaki, 2002, p. 31).

No decurso da fase da segregação, as pessoas com deficiência eram internadas em grandes instituições para que pudessem ficar separadas do restante da sociedade. Esse isolamento era proposto com o intuito de não prejudicar o andamento da sociedade que estava vivendo um momento de avanço no meio econômico e pelo fato de muitas famílias sentirem vergonha de ter um parente “anormal”. Bentes (2012) pondera que a preocupação com as pessoas com deficiência começou no Brasil no período imperial, isso devido ao crescimento do comércio e da construção dos centros urbanos, o que exigiu um espaço reservado, longe do centro comercial para que os indesejáveis, os deficientes, alienados e mendigos, como coloca o autor, não estivessem por perto. (BENTES,2012, p.88)

Durante o íterim da fase da integração, as pessoas com deficiência podiam ingressar no convívio social, todavia, tinham que se adaptar sem comprometer o andamento da sociedade, e sem modificar o ambiente, ou seja, elas tinham que suportar qualquer tipo de barreira se quisessem participar da sociedade.

No decorrer desses períodos, foram criados modelos de atendimento para pessoas com deficiência que ficaram conhecidos como modelos pré-inclusivistas, pois abrangiam uma preparação para o paradigma da inclusão, podendo destacar ao longo dos anos três modelos que foram o modelo médico da deficiência, o modelo da integração social e o modelo social da deficiência.

Segundo o Modelo Médico da Deficiência, as pessoas com deficiência eram doentes, e por isso precisavam ser curadas, tratadas por médicos especialistas para que pudessem ser reabilitadas. Segundo o parecer desse modelo, não havia possibilidade dessas pessoas adquirirem independência. Esse modelo acreditava que as pessoas com deficiência tinham de se adaptar, pois elas é que tinham um problema, o que levou a sociedade a resistir em concordar que deveria mudar suas estruturas e atitudes para poder incluir e fortalecer o desenvolvimento, seja ele social, educacional ou profissional das mesmas.

O Modelo da integração social surgiu no final da década de 60, na perspectiva de melhorar a vida das pessoas com deficiência. Esse modelo de atendimento veio para que a exclusão e a segregação fossem amenizadas, buscando inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer.

De conformidade com Sasaki, nenhum desses modelos trouxe satisfação, pois era carregado de discriminação e preconceito que deixou até os dias de hoje marcas profundas

nas pessoas com deficiência, que ainda sofrem com alguma discriminação. Por isso, é preciso romper com os estigmas, preconceitos e estereótipos, o que significa uma tarefa árdua considerando que ainda existe muito preconceito e falta de credibilidade referente às capacidades e potencialidades que as pessoas com deficiência possuem, o que constitui um problema para a inclusão como cita Sassaki: “os problemas das pessoas com deficiência não estão tanto nelas quanto estão na sociedade” (SASSAKI, 2002, p. 47). Por isso, a proposta dos representantes das pessoas com deficiência foi a de substituir a integração pela inclusão.

Na década de 1990, fruto das constantes lutas sociais das pessoas com deficiência e seus representantes, surgiu a fase da inclusão, que trouxe consigo um novo modelo de atendimento, intitulado modelo social da deficiência, que foi uma contraposição ao modelo médico da deficiência, em que se desencadeou, a partir dele, um processo para que as pessoas com deficiência possam exercer seus direitos com maior autonomia e, nessa perspectiva, inclui-se o direito ao trabalho.

A fase da inclusão considera que é o ambiente que exclui e, portanto, precisa ser modificado para poder incluir todas as pessoas com deficiência em todos os sistemas da sociedade, para que o princípio da dignidade humana que é proposto na Constituição Federal de 1988 seja de fato efetivado para essa categoria.

A inclusão é entendida como um processo de adaptação da sociedade para que as oportunidades sejam equiparadas. Nessa perspectiva, Sassaki (1997) deixa patente que a “inclusão é um processo pelo qual a sociedade tem que se adaptar para poder incluir em sua estrutura as pessoas com deficiência e que essas, possam assumir seus papéis na sociedade” (SASSAKI, 1997, p.3).

Faz-se importante ressaltar que apesar das grandes conquistas, a inclusão ainda não está no pensamento e acima de tudo nas atitudes de muitos que compõem a sociedade, considerando o fato de serem grandes as barreiras que todos os dias pessoas com deficiência enfrentam para poder ter acesso aos seus direitos como cidadãos. A inclusão precisa ter avanço, precisa ser deslocada dos papéis e posta em prática. Seus princípios, que visam à valorização de cada pessoa e a aceitação das diferenças individuais, devem ser garantidos para que se tenha de fato uma sociedade inclusiva.

## **2- A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE DE ENSINO ESPECIALIZADO PROFESSOR ASTÉRIO DE CAMPOS E O PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGO**

Consta nos registros do Projeto Político Pedagógico da Unidade de Ensino Especializado Professor Astério de Campos, que a escola foi fundada, no dia 21 de outubro de 1960 sob a denominação de Escola de Educação para Surdos-mudos, por meio do decreto nº 3.174, objetivando o desenvolvimento das potencialidades dos educandos surdos e sua inserção na sociedade. O Projeto Político Pedagógico da Instituição esclarece que unidade recebeu o nome Astério de Campos em homenagem ao mestre e jornalista, baiano, nascido em 10 de agosto de 1893 e falecido em 07 de fevereiro de 1968, aos 75 anos. A Unidade integra a estrutura organizacional da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), como uma das unidades da Coordenação de Educação Especial (COES).

Os objetivos da unidade em relação à educação de seus alunos são promover o desenvolvimento das potencialidades biopsicossocial e cultural, realizar a inclusão do aluno com surdez em escolas de ensino comum, por meio do Atendimento Educacional Especializado, desenvolver o processo de ensino-aprendizado, a partir de habilidades numa perspectiva bilíngue, assegurar o direito comunicacional da pessoa surda por meio da LIBRAS, desenvolver programas específicos para alunos surdos com outros comprometimentos sensoriais, físicos, cognitivos, neurológicos, surdo cego, e múltiplas deficiências associadas à surdez.

O Serviço Social tem como objeto de trabalho as múltiplas situações que afetam a sociedade, conhecidas como questão social, nas quais o profissional assistente social atua como um mediador na perspectiva de garantia de direitos. De consonância com o plano de ação do Serviço Social da instituição, em apreço às principais causas de intervenção do Serviço Social, se dá pelas configurações familiares, vulnerabilidade social, baixa renda e a baixa frequência dos alunos nas aulas, em que se faz necessária a atuação do assistente social para mediar em conjunto com outros profissionais da educação que atuam na escola o processo de inclusão da pessoa com deficiência auditiva e com múltiplas deficiências associadas à surdez nas diversas camadas da vida social.

Paralelamente, a contribuição do Serviço Social, ao que se refere à inclusão do aluno em modo geral, se dá principalmente pelo fato de o assistente social desenvolver atividades voltadas à emancipação de direitos, buscando identificar e ampliar o conhecimento acerca da realidade sociofamiliar do aluno e assim possibilitar, assistir e encaminhá-lo adequadamente aos serviços socioassistenciais necessários.

A atuação profissional do assistente social na escola professor Astério de Campos tem como objetivo desenvolver seu trabalho de forma interdisciplinar visando assim contribuir para a melhoria de condições de vida do seu aluno, seja ela escolar, familiar, cultural ou laboral. Diante desses aspectos, para que seja viabilizado o direito, o Serviço

Social faz uso de articulações nas redes de serviços, com o intuito de conseguir possíveis alternativas para dar resposta às problemáticas vivenciadas pelos alunos.

Diante desse contexto, temos ainda que a intervenção do assistente social contribui para que seja efetivada a inclusão do aluno egresso, bem como dos egressos da unidade, especificamente ao que se diz respeito à garantia do direito de exercer o trabalho, através de suas competências e conhecimentos teóricos metodológicos que o permite subsidiar os dispositivos legais promulgados através das leis e políticas públicas, sempre fazendo articulação das mesmas para que haja a consolidação e ampliação da cidadania, agindo como um mediador para a minimização de conflitos gerados pelos reflexos da reprodução da desigualdade presentes nos espaços sócio-ocupacionais. (Barroco,2012, p.125). O Serviço Social da unidade especializada busca fazer parcerias com empresas, com vistas a trazer melhor possibilidade de alcance de vagas no mercado de trabalho. Busca através de palestras educativas incentivar a família a motivar o aluno a frequentar as aulas. Porém, isso é desafiador pois o contexto que vivemos é de agravamento das desigualdades sociais, necessitando que o profissional seja dinâmico na busca de alternativas para atender a demanda como bem afirma Iamamoto.

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual: trançar horizontes para a formulação de propostas que focam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mais como sujeitos que lutam pela preservação e conquista de sua vida, de sua humanidade. (IAMAMOTO,2012, p.75).

O programa de orientação profissional e emprego constitui uma das ações de atendimento da equipe multiprofissional da Unidade, na qual o assistente social junto de profissionais da área pedagógica desenvolve projetos, pesquisas nas empresas para a aquisição de vagas, cadastros da demanda interessada em ingressar no mercado formal de trabalho, orientação e encaminhamento quanto à obtenção de documentação civil, orientação sobre aptidões profissionais e acompanhamento dos trabalhadores admitidos através do programa até a sua total inclusão na empresa.

É importante pontuar que as pessoas que são atendidas pelo programa não são especificamente alunos ingressos na instituição, mas toda a comunidade surda que procura a orientação e encaminhamento para o mercado formal de trabalho.

O programa de orientação profissional visa à habilitação e à reabilitação da pessoa com deficiência e a modalidade utilizada para a inclusão no mercado de trabalho adotado é a colocação competitiva, regida segundo os termos da legislação trabalhista e previdenciária, na qual devem ser atendidas de acordo com os padrões de acessibilidade exigidos pela lei. Pontuamos que o programa atende a múltiplas deficiências associadas à

surdez, ou seja, surdo com baixa visão, com autismo e outras, respeitando sempre as limitações e especificidades de cada candidato que tenha interesse no ingresso ao trabalho.

O Programa de Orientação Profissional e Emprego é um meio de se tentar fazer a colocação das pessoas surdas no mercado de trabalho, através de subsídios que amparam a pessoa com deficiência, como lei de cotas que é uma política afirmativa que visa à inclusão no trabalho. A lei de cotas surgiu com o objetivo de contribuir para que a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho seja viabilizada; é uma lei que tenta assegurar que as empresas insiram em seus quadros funcionais pessoas com as mais diversificadas deficiências de acordo com suas limitações. Sasaki (2002), porém, expõe que é importante que as empresas insiram pessoas deficientes nos seus quadros por estarem capacitadas e não apenas para cumprir a lei. Na opinião do autor, é fundamental que a empresa olhe para a pessoa com deficiência com um olhar inclusivo, ou seja, para que a lei das cotas obtenha melhor efetividade, é necessário que a empresa seja inclusiva, que seja uma empresa que acredite no valor da diversidade humana, que contemple as diferenças individuais (SASSAKI,2002, p.65).

A lei de cotas é uma política afirmativa necessária para tentar trazer o aumento da contratação de pessoas no mundo do trabalho. No entanto, a garantia de emprego sem olhar o valor da pessoa com deficiência não resolve o problema da exclusão, pois, justamente pelo fato de se oferecer cargos de baixo potencial, o simples cumprimento da lei acaba por gerar em um certo sentido a exclusão, levando em conta que ao alienar o trabalhador a funções menos produtivas está se impedido que o mesmo cresça em sua vida profissional, causando a muitos a falta de vontade de se capacitar, por considerar que mesmo com uma escolaridade avançada a sociedade ainda o vê como inapropriado para exercer determinadas funções.

### **3- DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DO SURDO NO MERCADO DE TRABALHO**

Apesar das determinações para que a sociedade se adapte para oferecer tratamento de igualdade à pessoa com deficiência, e especialmente ao que se trata da temática referente ao trabalho inclusivo, há muitas dificuldades para que ela usufrua de seus direitos. Assim sendo, um dos desafios para a inclusão do surdo no mercado de trabalho é a baixa escolaridade e a falta de capacitação ou qualificação profissional, pois convém mencionar que estamos inseridos em um sistema, isto é, o capitalista, que exige cada dia maior escolaridade, qualificação e preparo técnico das pessoas para a inserção no mercado que se amplia assustadoramente, tornando-se a cada minuto que passa mais competitivo. Sobre esses aspectos, Sasaki pontua que as pessoas com deficiência têm sido excluídas do

mercado de trabalho por motivos como a falta de reabilitação física e profissional, falta de escolaridade, falta de apoio das próprias famílias e falta de qualificação para o trabalho. (SASSAKI, 2002, p.60). Convém citar que essa realidade alcança muitas pessoas surdas que ao terem dificuldades em relação à comunicação acabam se desmotivando ao estudo, além de que é necessário que haja um esforço por parte da sociedade, colaboradores e empresas para incluir nos seus sistemas gerais todas as pessoas e que as mesmas sejam valorizadas em suas diferenças.

Outro desafio consiste na comunicação, pois sabe-se que a comunicação é algo extremamente fundamental para que haja o estabelecimento das relações interpessoais entre os humanos, e sua falta pode ocasionar conflitos que culminam com a exclusão do indivíduo dos meios sociais. No Brasil, para proporcionar suporte e maior autonomia à pessoa com deficiência foi decretada a lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é entendida como a forma de comunicação e expressão do surdo e é realizada através de expressões e sinais feitos com as mãos, porém não significa mímica, e sim uma língua que possui autenticidade como estabelece a lei 10.436. Sendo assim, a Libras é o dispositivo que torna possível o desenvolvimento linguístico, social e intelectual da pessoa surda. Entretanto, é nesse momento que surge um grande entrave que dificulta a vida e o desenvolvimento profissional das mesmas, pois, ao ingressar no mercado de trabalho, irá defrontar-se com pessoas ouvintes que não entendem sua forma de comunicação, o que como consequência pode obstruir a relação entre os dois e, não obstante, favorecer novamente a segregação e exclusão desse sujeito que acaba sendo de certa forma desprezado.

A barreira comunicacional é um dos maiores desafios para a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no mercado de trabalho, pois, apesar da lei que estabelece a Libras, ainda se sobressai o desconhecimento acerca do assunto por parte da sociedade. Nessa perspectiva, o trabalho do assistente social no programa de orientação profissional e emprego consiste somente na orientação junto ao RH da empresa para que haja uma sensibilização nesse sentido. Entretanto, é difícil pois não temos como promover essa capacitação direta à empresa, e a mesma na grande maioria também não investe na capacitação ao que se refere à Libras aos seus colaboradores.

Tendo em vista aspectos observados, menciona-se que essa situação é tão notória que não se pode deixar de ressaltar que apesar do esforço da pessoa surda em se capacitar, a triste realidade constatada nos atendimentos que foram realizados no período do estágio é que justamente pela ausência da comunicação, nesse caso da sociedade, colaboradores e empresas que não sabem a Libras, pois como foi dito anteriormente o surdo tem linguagem, tem sua forma de comunicação, os cargos que são disponibilizados a

essa categoria constitui-se majoritariamente de trabalho braçais, o que significa trabalhos gerais ou de menor potencial, nos quais o trabalhador fica alienado a uma funções que não envolve contato diretamente com o público. Durante pesquisa de campo, constatamos que houve 21 encaminhamentos às empresas que solicitaram vagas para pessoa com deficiência, e observamos que os cargos a que eram destinadas eram de embalador, auxiliar de serviços gerais, repositor, carregador e para trabalhar no setor de guarda volume. Nesse interim, foram atendidas pessoas que possuíam até ensino superior. No entanto, os cargos que as empresas ofereceriam justamente por causa da comunicação não preenchiam o seu perfil.

Um outro grande vilão é o preconceito e a crença da incapacidade, pois a sociedade ao longo dos anos sempre ignorou as pessoas com deficiência, pois, ao crer que elas eram incapazes de desenvolver suas atividades cotidianas as tratavam com preconceito. Portanto, o sistema de preconceitos impede o conhecimento crítico e abrangente de determinadas realidades, fazendo com que as pessoas com deficiência se tornem “invisíveis”, o que significa dizer que por ser considerada anormal a sua simples presença contesta a ordem social, pois apesar da sociedade se dividir em sistemas econômicos, sociais e políticos, existem práticas que reprimem o que não é considerado normal. O surdo tem seus direitos e é tão capaz de realizar suas atividades como qualquer outra pessoa. Por isso, a crença da incapacidade funcional, que infelizmente ainda permanece na cultura brasileira, deve ser combatida através de estratégias pedagógicas, que visem ao aprendizado para a desconstrução do sentimento de superioridade em relação ao que é diferente, pois o preconceito e suas formas de manifestação são barreiras que precisam ser vencidas para que seja perpetuada a cidadania dos sujeitos que ainda se veem discriminados socialmente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A realização da presente pesquisa possibilitou uma melhor compreensão sobre o trabalho desempenhado pela instituição Astério de Campos para a inclusão do surdo no mercado de trabalho a partir do programa de Profissionalização e Emprego.

No íterim do desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que a inclusão tem por finalidade inserir tanto as pessoas com deficiência como qualquer outra nos sistemas gerais da sociedade, pautando-se no que diz Constituição Federal em vigor, que considera que todo cidadão tem direitos que devem ser garantidos, independentemente de suas diferenças, sejam elas sociais, físicas ou culturais.

Percebemos que o processo de inclusão no mercado de trabalho da pessoa surda ainda é realizado por conta da obrigatoriedade da lei de cotas, que produz consequências para quem a transgredir, o que significa um ponto negativo, pois as pessoas em questão têm potencial e não devem ser contratadas tão somente pela indispensabilidade da lei, e sim pela sua real capacitação e competência. Através desse estudo, ficou notório que o grande desafio para que as mesmas sejam inseridas no mercado formal de trabalho se dá principalmente pelo fator comunicacional, já que a sociedade, na sua grande maioria, desconhece a linguagem dos surdos. Além da comunicação, não obstante temos o preconceito que ainda é dispensado aos mesmos, assim como a falta de incentivo da própria família, que é algo considerado primordial para que seja desenvolvida a autonomia e boa convivência interpessoal, já que a família é o primeiro vínculo social. Outro desafio para a inclusão é a escolaridade, que entendemos ser uma base para o indivíduo. Através desta pesquisa podemos perceber que sua falta tem gerado aos surdos o acesso na maioria dos casos de cargos de menor potencial.

Ao fazer uma análise do programa de orientação profissional e emprego, obtivemos que o mesmo constitui-se num meio de colocação no mercado de trabalho. Entretanto, a partir da observação dos atendimentos do assistente social a essa demanda, ficou patente que ainda é grande o número de trabalhadores surdos que desempenham funções nas empresas em que foram inseridos e que as mesmas não requerem um grau elevado de escolaridade, isso porque a maioria dos cargos ocupados pela categoria constitui-se em serviços braçais ou gerais, que não exigem grau avançado de escolaridade, e isso não deixa de ser um ato discriminatório e preconceituoso e que influencia no processo educacional, visto que por causa desse tipo de atendimento, muitos acabam sendo desmotivados a continuar na escola para poder obter um aprendizado mais avançado.

Podemos constatar que a inclusão de surdos no mercado de trabalho tem sido possível graças ao modelo social de inclusão, mesmo que ainda de forma gradativa e isso devido às muitas lutas deflagradas pelos movimentos que as próprias constituíram com o intuito de se romper a exclusão social vivenciada durante muitos séculos. Sabe-se que romper com a exclusão é um processo que necessita ser desempenhado com muita perseverança, porém, não é um sonho impossível de ser alcançado. No entanto, necessita ser encarada como uma atitude reflexiva que considere as pessoas com qualquer que seja a deficiência como sujeitos de direitos.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. CFESS (organizador). - São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 26/03/2017.

BENTES, José de Anchieta de Oliveira. **Normalidade e disnormalidade: formas de trabalho na educação docente de surdos.** Campina Grande: EDUEPB,2012.

CAMPOS. Unidade de Ensino Especializado Professor Astério de. **Plano de ação do serviço social.** Pará, 2016.

CAMPOS. Unidade de Ensino Especializado Professor Astério de. **Projeto Político SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** 4ª ed. Rio de Janeiro: WVA,2002.

SASSAKI.Romeu kazumi. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação. Edição pulicada em julho/agosto, 2004. Disponível: <http://www.bauru.apaebrasil.org.br/arquivo.pntml?a=9453>. Acesso em: 05/03/2017

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 22º ed. São Paulo: Cortez, 2012